

Sugeridas medidas para conter efeito recessivo

Economia
Brasileira
Da sucursal do
RIO

O corte dos subsídios à agricultura e ao petróleo precisa ser acompanhado de medidas que neutralizem seus efeitos recessivos sobre a economia, sobretudo em relação à agricultura, que necessita receber preços mínimos mais encorajadores, disse ontem o presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Ruy Barreto, ao falar sobre o novo "pacote" de medidas econômicas que o governo vem estudando.

Reeleito para um terceiro mandato de dois anos, Barreto — presidente também da Associação Commercial do Rio de Janeiro desde 1979 — saudou com entusiasmo as declarações do presidente do Banco Central, Carlos Langoni, quanto à disposição do governo de reduzir substancialmente o déficit público, as despesas de custeio e os investimentos das empresas estatais.

"Langoni voltou a defender exatamente a mesma linha de idéias que sustentou em seu discurso de posse na presidência do Banco Central", disse Barreto, destacando que agora provavelmente essas idéias tenham maior ressonância no governo, e sejam por ele adotadas.

Segundo o presidente da CACB, as idéias do presidente do Banco Central vêm sendo reivindicadas há cerca de cinco anos pela entidade, sobretudo porque são indispensáveis para a queda da taxa de juros no mercado interno, medida vinculada necessariamente à diminuição do déficit público, também agora preconizada com ênfase por Langoni.

"Se o governo tivesse adotado a linha agora defendida por Langoni não estaríamos enfrentando essa elevada taxa de juros e nem a dívida externa teria aumentado na proporção ocorrida", assinalou Barreto.

ESTATAIS

O presidente da Confederação das Associações Comerciais concorda igualmente com a intenção do governo, manifestada por Langoni, de efetuar corte substancial nas despesas de custeio e mesmo de investimentos das empresas estatais.

"Em relação a algumas empresas estatais — disse Ruy Barreto —, os investimentos podem até mesmo ser cortados na sua totalidade, porque

isso não trará qualquer prejuízo ao País." Ele lembrou que certas estatais possuem elevadas despesas de custeio em consequência de seus prédios-sede, de proporções "faraônicas". Mas também admite como certo que, em algumas áreas de atuação do setor estatal, os investimentos não devem sofrer cortes.

Barreto está convencido de que a supressão dos subsídios à agricultura, ao petróleo e às importações de trigo será fundamental para a queda acentuada da inflação. E que medidas dessa natureza precisam ser adotadas com firmeza, "porque a nação já está cansada de outras providências de política econômica já executadas e que não surtiram qualquer resultado prático no combate à inflação", ressaltou.

INFLAÇÃO DE 175%

O presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (Anbid), Ary Waddington, afirmou ontem, no Rio, que só por meio de uma política monetária austera o governo terá condições de recolocar a economia do País em níveis confiáveis, pois se considerarmos os resultados dos primeiros quatro meses do ano, "convivemos com uma inflação anual projetada em 175%, sem que tenhamos progresso expressivo em termos de desemprego".

Acrescentou que as propostas defendidas pelo presidente do Banco Central, Carlos Langoni, de reduzir subsídios e controlar gastos das estatais são um grande passo no sentido de recuperar a economia brasileira. "Só espero que as preocupações de Langoni sejam compartilhadas pelo resto do governo", afirmou o presidente da Anbid.

Para Ary Waddington, o próprio governo criou um círculo vicioso na medida em que tenta controlar a inflação por meio de uma política irrealista de preços e tarifas. Na sua opinião, a inflação atual seria bem maior se a política de preços para derivados de petróleo ou de tarifas elétricas, por exemplo, fosse mais realista.

Com base nesses argumentos, o presidente da Anbid afirmou que, "por não querer mostrar qual o verdadeiro nível da inflação, o governo, por meio da ampla utilização de subsídios, acaba provocando o agravamento do processo inflacionário."